



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO**

**1. DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada em fornecimento de uniformes e materiais, para atender as necessidades da Guarda Civil Municipal Ambiental, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

<b>1.2</b>	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana;
<b>1.3</b>	<b>Fundamentação legal:</b>	A presente contratação se dará, <b>preferencialmente</b> , por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 Decreto Municipal 599/2020 c/c Lei 8.666/93, pelo menor preço unitário, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o que poderá vir a ser por Dispensa de Licitação, com base no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, <b><u>desde que não fracionado o elemento da despesa.</u></b>
<b>1.4</b>	<b>Prazo:</b>	O presente procedimento objetiva a aquisição dos uniformes e materiais com entrega imediata, em até 30 (trinta) dias para os itens abaixo discriminados.
<b>1.5</b>	<b>Tipo:</b>	Menor preço unitário por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.
<b>1.6</b>	<b>Descrições, especificações e quantitativos:</b>	Os itens que compõem o presente processo deverão atender as seguintes especificações e as propostas com validade de no mínimo 90 (noventa) dias:



**2. DA AQUISIÇÃO**

**2.1** A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:


ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
<b>01</b>	Capa dos painéis de proteção balística confeccionada em tecido rip stop profissional 67% poliéster e 33% algodão, na cor verde oliva, com sistema de	UN	22

### Bandeira do Município de Nova Friburgo:



	  Brasão da Guarda Municipal: 		
03	Calça Combat camuflada: Calça confeccionada em tecido rip-stop profissional 67% poliéster e 33% algodão, na cor camuflado tipotrópico; cós de 45 mm de largura, com sete passadores simples; vista fechado com zíper de 180 mm, fechamento através de um botão de massa verde; com bolso lateral na altura da coxa, fechamento do bolso através de velcro na cor verde; possui dois bolsos traseiros fixados embutidos, as tampas dos bolsos são duplas com dimensões externas medindo 55 mm x 150 mm, fechamento com velcro na cor verde; reforços fixados nas pernas exatamente na altura do joelho com quatro pequenas pregas (duas de cada lado); possui reforço no cavalo medindo 250 mm x 220 mm; barra com 20 mm de largura e bombacho na parte interna da barra; possui dois caseados retoque que tem por objetivo passar o bombacho (cadarço) do mesmo tecido da calça, parte interno da barra.	UN	44



	 Frente Trás		
04	Cinto Interno Material: nylon, Cor: verde oliva, Características adicionais: com fivela de metal na cor prata, comprimento 1,25 metro	UN	22
05	Cinto Tático NA, de guarnição, Material: Nylon, Cor: verde oliva, Características adicionais: com presilha plástica e velcro, mais cinto interno nylon rígido com velcro, comprimento 1,25metro.	UN	22
06	Cobertura: Boné Tático cor: Camuflado tipo Tropic; Produzido em tecido RipStop; Proteção UV (FPS 50); Anti-Pilling; Resistência à tração, rasgo e abrasão; 50% Algodão e 50% Poliamida; 6 respiradores para melhor ventilação;3 Velcros para identificação.	UN	22
07	Bornal de Perna Material: nylon, Cor: verde oliva, Características adicionais: Com bolso externo e prendedor de perna com velcro.	UN	22
08	Balaclava: Modelagem ajustada; Acabamento em friso no recorte dos olhos e pescoço; Recorte na boca em tela e neoprene (tecido fechado) para proteção do ar frio; Tamanho único; Composição: 100% Poliamida, cor: verde oliva	UN	22
09	Jaquetas de frio operacional: confeccionada em tecido nylon emborrachado impermeável, cor verde oliva, forrada em algodão da mesma cor, dois bolsos embutidos, na parte inferior frontal, elástico com 5 cm atrás na bainha e nos punhos. mangas longas, com platina nos ombros e com o brasão bordado da GCM (brasão demonstrado no item 02), aplicada diretamente no tecido da manga esquerda, e na manga direita com a bandeira bordada do município de Nova Friburgo (bandeira demonstrada no item 02), sendo que os bordados deverão ser computadorizados, em tear eletrônico, de alta definição e durabilidade, aplicada diretamente no tecido, 65 mm abaixo da costura da manga ao corpo da jaqueta.	UN	22



**2.2** Obs.: Os tamanhos dos uniformes e equipamentos serão definidos após adjudicação do objeto, devendo a(s) empresa(s) vencedora(s) realizar medidas e/ou disponibilizar “amostras” para prova. A(s) empresa(s) terá (ão) até 05 (cinco) dias corridos, contados da adjudicação do objeto para aferição das referidas medidas.

2.2.1 Critérios para avaliação das amostras: Será observada cor, textura, resistência, acabamento, tecido, material utilizado, logomarca, confecção dentro do especificado.

2.2.2 Desclassificação: A empresa que não apresentar as amostras ou apresentá-las em desacordo com as especificações serão desclassificadas.

2.2.3 Correrão por conta da LICITANTE VENCEDORA todas as despesas com envio das amostras, embalagem, seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

2.2.4 A aprovação dos modelos será feito em 7 (sete) dias úteis, contados da confirmação do recebimento dos mesmos, e poderá ser feito por meio e-mail, ofício, detalhando as alterações, se houver.

2.2.5 A LICITANTE VENCEDORA não deverá começar a confecção antes da aprovação final da CONTRATANTE.

**2.3** Os itens acima descritos não poderão ter estampa, camuflagem e cor (requisitos cumulativos) igual à de outra corporação (p. ex. PMERJ, Polícia Ambiental, Forças Armadas, Bombeiros, Tiro de Guerra, e afins) para fins de identidade da Guarda Civil Municipal Ambiental.

### **3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** A aquisição de uniforme e equipamentos possui o fito de atender as necessidades da Guarda Civil Municipal no que concerne à estruturação da divisão da Guarda Ambiental, que não possui uniformes para a correta identificação de seus agentes e para o exercício regular de suas atividades de prevenção de crimes ambientais e de preservação e recuperação das áreas de relevância ambiental do Município de Nova Friburgo sendo integrante do Sistema Municipal do Meio Ambiente, instituída pela Lei do ICMS Ecológico, criada em 2007 pela Lei Estadual 5.100.



A Guarda Civil Municipal foi criada no Município de Nova Friburgo através da Lei Municipal nº 047, de 23 de dezembro de 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 349 de 14 de dezembro de 2018.

Cabe destacar que o uniforme profissional de categoria própria, com características particulares, amplia os valores institucionais do órgão. É preciso salientar, também, que diversas instituições ligadas não só à segurança pública se utilizam de vestuário, uniformes e fardas com camuflagem, que desempenham papel imprescindível nas operações táticas destas equipes.

Por estas razões, a camuflagem por si só é imprescindível.

Não bastasse isto, também é necessário que a camuflagem dos itens, ora adquiridos, seja em padrão diverso daqueles usados pelas demais instituições, não só para garantir a identidade visual da Guarda Civil Municipal Ambiental, mas também com o intuito de garantir a segurança dos agentes, para que não sejam confundidos com agentes de outras instituições. É imprescindível que os itens descritos no tópico 2.1 tenham a camuflagem tipo Tropic, de forma a atender todas as finalidades identificadas acima.

Desse modo, é primordial a aquisição dos uniformes e materiais discriminados acima, para o efetivo trabalho dos agentes da Divisão da Guarda Ambiental com a maior brevidade possível, tendo em vista que estes são fundamentais para as suas devidas identificações, sendo, portanto, essencial na segurança dos funcionários identificados como servidores públicos em atividade. Além disso, para a população é essencial a tranquilidade quando são atendidos por funcionários uniformizados, pois estes transmitem segurança, profissionalismo e organização.

**3.2 As estimativas correspondentes foram baseadas no quantitativo de 19 (dezenove) Guardas Civis Municipais que inicialmente farão parte desta divisão da Guarda Civil Ambiental, sendo necessário 02 (duas) unidades de Calça Combate e Camisa Combat e os demais itens 01 (uma) unidade. No entanto, a Pasta entende a necessidade de solicitar mais 03 (três) uniformes como medida de segurança, tendo em vista que novos servidores poderão ser designados futuramente;**

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas



inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1 Ressalvando que as empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase da habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11,101/2005);

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.30.06
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	01
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	19003.0618100312093

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**





## **6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

**6.1** O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

<b>Secretaria requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana
<b>Endereço:</b>	Av. Alberto Braune, 223 – Antiga Rodoviária Leopoldina – ao lado da Sede da Prefeitura - Centro - Nova Friburgo – RJ
<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

**6.2** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**6.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**6.4** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

**6.5** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**6.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. DA LIQUIDAÇÃO**





**7.1** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **8. DO PAGAMENTO**

**8.1** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**8.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**8.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



9.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**10.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA,



na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)

10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana, para representá-la na execução do Contrato;

10.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana;



10.1.11 Fazem-se necessárias para fins classificatórios, como forma eficiente de avaliar a proposta/oferta do licitante. A empresa melhor classificada da licitação deverá apresentar amostras, as mesmas deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a sessão de lances, ou convocação no caso de licitante remanescente.

## **11. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**11.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**12.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**13.1** O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

**13.2** Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>GESTOR / FISCAL</b>
Luciano da Silva Farizel	100064	Gestor titular
Evandro Arcanjo	199346	Gestor substituto



Jefferson Clayton da Silva Fontes	100162	Fiscal titular
Bruna Spinelli Salles	115103	Fiscal substituto

**13.3** O (s) fiscal (is) do contrato anotar<sup>á</sup> em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**13.4** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

**13.5** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

**14.1** O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores da Guarda Civil Municipal, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

**16.1.1** Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

**15.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**15.3** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.3.1 Advertência;

15.3.2 Multa:

17.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

17.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;



15.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**15.4** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**15.5** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**15.6** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **16. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **17. DA RESCISÃO**

**17.1** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

**17.2** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:





17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana;

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana.

**17.3** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 29 de Setembro de 2021.

<b>GESTOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO:</b>
<hr/> <b>Luciano da Silva Farizel</b> Matr.:100064	<hr/> <b>Jefferson Clayton da Silva Fontes</b> Matr.:100162

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O**  
**PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Fabício Corrêa Medeiros**  
Secretário Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana  
Matr.:62007